



XXIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXIV ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT Especial

**GOVERNANÇA E SOBERANIA DE DADOS DE POVOS INDÍGENAS:
APLICAÇÃO DE ETIQUETAS *LOCAL CONTEXTS* NA REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO**

***GOVERNANCE AND DATA SOVEREIGNTY OF INDIGENOUS PEOPLES:
APPLICATION OF LOCAL CONTEXTS LABELS IN THE REPRESENTATION OF INFORMATION***

Emanuelle Torino – Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

Laís Barbudo Carrasco – Mid Sweden University (MIUN)

Caio Saraiva Coneglian – Universidade de Marília (UNIMAR), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

Silvana Aparecida Borsetti Gregorio Vidotti – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: A expansão do compartilhamento de dados e objetos digitais acelera o acesso e uso desses recursos, o que demanda discussões éticas sobre a governança e a soberania de dados e do patrimônio cultural dos povos indígenas, por meio de práticas que promovam a decolonização, a equidade e a preservação dos saberes tradicionais para fortalecer a autodeterminação dessas comunidades. Este estudo visa discutir a importância da iniciativa *Local Contexts* e o papel das etiquetas de Conhecimento Tradicional (TK) e Biocultural (BC) na representação, acesso e uso de dados e objetos digitais de povos indígenas. Para tanto, foi realizado um estudo exploratório de natureza bibliográfica e documental, incluindo revisão e análise da literatura disponível e do conteúdo técnico das etiquetas *Local Contexts*, para compreender seus princípios, diretrizes e potencialidades na representação do patrimônio cultural dos povos indígenas em ambientes digitais. Destaca-se a importância da Soberania de Dados Indígenas e a necessidade de práticas e ferramentas adequadas para a governança de dados e a representação da informação em ambientes digitais. Enfatiza-se a Iniciativa *Local Contexts* e suas etiquetas de Conhecimento Tradicional e Biocultural como inovações que visam assegurar o respeito aos interesses das comunidades indígenas, beneficiando-as e seguindo padrões éticos.

Palavras-chave: governança de dados; soberania de dados; dados indígenas; local contexts; representação da informação.

Abstract: The expansion of data sharing and digital objects accelerates access to and use of said resources, which demands ethical discussions on the governance and sovereignty of data and the cultural heritage of indigenous peoples, through practices that promote decolonization, equity and the preservation of traditional knowledge to strengthen the self-determination of these communities. This study aims to discuss the importance of the Local Contexts initiative and the role of Traditional Knowledge (TK) and Biocultural (BC) labels in the representation, access and use of data and digital objects of indigenous peoples. To this end, an exploratory study of bibliographic and documentary nature was carried out, including review and analysis of the available literature and the technical content of the Local Contexts labels, to understand their principles, guidelines and potential in representing the cultural heritage of indigenous peoples in digital environments. The importance of Indigenous Data Sovereignty and the need for appropriate practices and tools for data governance and information representation in digital environments are highlighted. The Local Contexts Initiative and its Traditional and Biocultural Knowledge labels are emphasized as innovations that aim to ensure respect for the interests of indigenous communities, benefiting them and following ethical standards.

Keywords: data governance; data sovereignty; Indigenous data; local contexts; information representation.

1 INTRODUÇÃO

A expansão da cultura de compartilhamento de dados e objetos digitais por meio das tecnologias digitais disponíveis acelera o acesso e o uso desses objetos para diferentes finalidades. Essa realidade traz consigo oportunidades e ameaças; por isso, é necessário que haja discussões acerca do tratamento de objetos digitais de comunidades específicas, visando, sobretudo, a conscientização acerca dos padrões éticos a serem empregados nos processos de coleta, compartilhamento, uso e reuso.

No contexto dos povos indígenas, a discussão acerca da governança e da soberania sobre o patrimônio histórico-cultural e sobre os dados — considerando aqueles produzidos ou que versem sobre essas pessoas e comunidades — é essencial e, em ambientes digitais, está relacionada à forma como se realiza a coleta, o tratamento, o armazenamento e a disponibilização. Essa discussão precisa estar imbuída de decolonização e equidade, bem como do reconhecimento dos saberes tradicionais dos povos indígenas. Esses processos são dinâmicos e evolutivos, e devem refletir os anseios e visões de mundo das comunidades indígenas. A governança de dados eficaz apoia a capacidade dos povos indígenas para gerenciar e usar seus dados, reforçando sua soberania e autodeterminação (Carrol; Rodriguez-Lonebear; Martinez, 2019).

Paralelamente, considerando a velocidade e a quantidade de dados e objetos digitais disponíveis em ambientes digitais, é preponderante que os sujeitos que têm contato com aqueles relacionados a povos indígenas possam compreender as formas de acesso e uso eticamente respeitadas e permitidas, sob a ótica dos povos indígenas.

Assim, emerge a reflexão sobre a importância da adoção de práticas e ferramentas reconhecidas pela comunidade indígena e acadêmica para a representação da informação, de dados e de objetos digitais que compõem o patrimônio cultural dos povos indígenas, em ambientes digitais. Nesse sentido, este estudo objetiva discutir a importância da iniciativa *Local Contexts* e a contribuição das etiquetas de Conhecimento Tradicional (TK) e Biocultural (BC) para a representação, acesso e uso de dados e objetos digitais de povos indígenas.

Ao examinar as etiquetas da *Local Contexts*, a pesquisa busca promover a compreensão aprofundada, bem como facilitar a implementação de estratégias eficazes para representação de informações, dados e objetos digitais que compõem o patrimônio dos povos indígenas em ambiente digital. Desta forma, são apresentados os aspectos basilares da iniciativa designada pela *Local Contexts* como *Traditional Knowledge (TK)*, que compreende as etiquetas *TK Label/Conhecimento Tradicional* e *BC Label/Biocultural* para a representação de dados e objetos digitais de povos indígenas e sua aplicação em ambientes digitais, como forma de contribuir com a governança e a soberania dos povos indígenas.

Foi realizado um estudo exploratório de natureza bibliográfica e documental, incluindo revisão e análise da literatura disponível e do conteúdo técnico das etiquetas *Local Contexts*, para compreender seus princípios, diretrizes e potencialidades na gestão e representação do patrimônio cultural dos povos indígenas em ambientes digitais. Ao combinar essas abordagens metodológicas, o presente estudo estabelece uma base sólida para a análise das etiquetas do *Local Contexts* e a sua relevância no contexto da gestão e representação do patrimônio cultural indígena em ambientes digitais.

2 GOVERNANÇA E SOBERANIA DE DADOS INDÍGENAS

Inicialmente, é importante esclarecer que utilizamos neste estudo a definição amplamente aceita, fornecida pelo Estudo Martinez Cobo das Nações Unidas:

Comunidades, povos e nações indígenas são aqueles que, tendo uma continuidade histórica com as sociedades pré-invasão e pré-coloniais que se desenvolveram em seus territórios, consideram-se distintos de outros setores das sociedades que agora prevalecem nesses territórios, ou partes deles. Formam atualmente setores não dominantes da sociedade e estão determinados a preservar, desenvolver e transmitir às futuras gerações seus territórios ancestrais, e sua identidade étnica, como base de sua existência contínua como povos, de acordo com seus próprios padrões culturais, instituições sociais e sistema legal (Martinez Cobo, 1982).

Os povos indígenas são diversos e englobam muitas comunidades espalhadas em todos os continentes. De acordo com dados das Nações Unidas, existem mais de 476 milhões de pessoas indígenas vivendo em 90 países (o que representa 6,2% da população global), que correspondem a mais de 5 mil grupos distintos e 7 mil línguas (United Nations, 2024). No Brasil, os dados do Censo 2022 registram um total aproximado de 1.695 milhões de pessoas indígenas, sendo que aproximadamente 1.228 milhões são de cor ou raça indígena, enquanto aproximadamente 467 mil se consideram indígenas¹ (IBGE, 2024) — o que representa 0,83% da população brasileira.

As comunidades indígenas sempre foram criadoras, usuárias e guardiãs de dados. Seus sistemas de conhecimento são profundamente enraizados em gerações e na coleta de dados por meio da observação, interação com o ambiente e experiências práticas, e são preservados e transmitidos de diversas formas, incluindo histórias orais, narrativas, tradições culturais, arte, símbolos, cerimônias e totens (Rodriguez-Lonebear, 2016). Esses sistemas de dados enfatizam o conhecimento coletivo e as responsabilidades compartilhadas (Cajete, 2000).

O colonialismo criou um legado de marginalização para os povos indígenas, incluindo o uso de dados para minar seus modos de vida e histórias (Bruhn, 2014). Isso levou a um estado de dependência de dados, no qual as comunidades indígenas dependem de fontes externas para informações vitais. A dependência de dados é caracterizada por dados inconsistentes, imprecisos e irrelevantes, controle e propriedade externos, desconfiança comunitária, falta de apoio para

¹ “No Censo Demográfico 2022, definiu-se como indígena a pessoa residente em localidades indígenas que se declarou indígena pelo quesito de cor ou raça ou pelo quesito se considera indígena; ou a pessoa residente fora das localidades indígenas que se declarou indígena no quesito de cor ou raça. Por essa razão, o total de pessoas indígenas é superior ou igual ao total de pessoas de cor ou raça declarada indígena [...]” (Brasil, 2024).

infraestrutura de dados e uma representação deficitária dos povos indígenas (Rodriguez-Lonebear, 2016; Rainie *et al.*, 2017b; Kukutai, Taylor, 2016; Walter, 2016).

Nesse contexto, destaca-se a Soberania de Dados Indígenas (IDS), que vai além da soberania de dados convencional, a qual é geograficamente limitada e digitalmente focada. Segundo Rainie, Rodriguez-Lonebear e Martinez (2017a), a IDS é o direito dos povos e tribos indígenas de governar a coleta, a propriedade e a aplicação de seus próprios dados. A Soberania de Dados Indígenas está enraizada nos direitos inerentes dos povos indígenas à autogovernança e é apoiada por declarações internacionais, como a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas² (Davis, 2016).

A governança de dados em contextos indígenas é uma extensão da soberania tribal. No entanto, os sistemas de conhecimento convencionais muitas vezes marginalizam os sistemas de conhecimento indígenas, perpetuando a dependência de dados. A soberania de dados indígenas visa reposicionar o controle dos dados para os povos indígenas, refletindo suas vozes, valores e visões de mundo (United Nations, 2018).

Os sistemas de governança indígena, apesar de sua diversidade, foram universalmente impactados pela colonização. Houve um movimento em direção à reconstrução das nações nativas nos últimos cinquenta anos, aumentando a capacidade das tribos para a autogovernança (Jorgensen, 2007). Dados tribais precisos e relevantes são essenciais para uma governança eficaz, apoiando a formulação de políticas e a tomada de decisões e reforçando a soberania tribal (Carrol; Rodriguez-Lonebear; Martinez, 2019).

Nesse contexto, a iniciativa *Local Contexts* fornece um conjunto de etiquetas relativas ao Conhecimento Tradicional (TK) e Biocultural (BC), cuja adoção é capaz de auxiliar os sujeitos a reconhecerem e respeitarem os direitos dos povos indígenas por meio do uso na representação da informação, de dados e do seu patrimônio cultural.

² Disponível em: https://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_pt.pdf .

3 INICIATIVA *LOCAL CONTEXTS* E AS ETIQUETAS DE REPRESENTAÇÃO

A iniciativa *Local Contexts* teve início em 2010 a partir das necessidades expressas de organizações indígenas e locais que desejavam um método prático para lidar com a gama de questões de propriedade intelectual que surgem na gestão de objetos do patrimônio cultural das comunidades indígenas (Christen, 2015; Local Contexts, 2024c)

Local Contexts é uma iniciativa que apoia comunidades indígenas e locais na gestão de sua propriedade intelectual e cultural, patrimônio cultural, dados ambientais e recursos genéticos em ambientes digitais. Esta iniciativa aprimora a tomada de decisões baseada localmente e os *frameworks* de governança indígena para determinar a propriedade, o acesso e as condições culturalmente apropriados para compartilhar coleções históricas, contemporâneas e futuras de patrimônio cultural e dados indígenas. Focando na proveniência, protocolos e permissões, as etiquetas *Local Contexts* fornecem estratégias legais, extralegais e educacionais que conectam pessoas e lugares ao conhecimento e aos dados, de forma ética e respeitosa (Christen, 2015; Local Contexts, 2024c). A iniciativa *Local Contexts* oferece estratégias digitais para comunidades indígenas, instituições, organizações e pesquisadores independentes por meio das etiquetas de *Traditional Knowledge (TK)* and *Biocultural (BC)*, traduzidas respectivamente como Conhecimento Tradicional (TK) e Biocultural (BC).

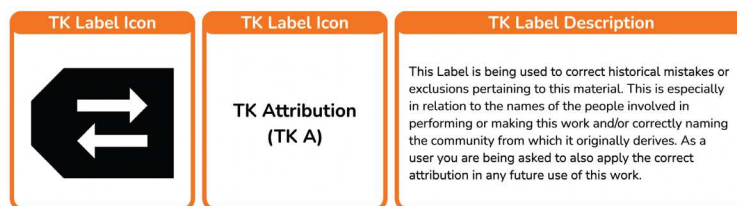
As etiquetas TK e BC consistem ainda em uma forma utilizada pela *Local Contexts* para auxiliar as comunidades indígenas, ao incutir contexto histórico-cultural, autoridade e empoderamento no conteúdo de patrimônio digital, estendendo-os a instituições como arquivos, bibliotecas e museus. Dessa forma, as etiquetas atuam no empoderamento estratégico das comunidades indígenas na proteção do seu patrimônio cultural em ambientes digitais, sobretudo em razão do armazenamento, disseminação, acesso, uso e reuso em tempos de engajamento digital.

As comunidades indígenas usam as etiquetas *Local Contexts* TK e BC para definir direitos de atribuição, acesso e uso para sua propriedade intelectual e cultural, patrimônio cultural, dados ambientais e recursos genéticos. As etiquetas são customizáveis, visando atender objetivamente aos povos indígenas envolvidos, que podem expressar seus interesses, protocolos locais e tradicionais na descrição de cada uma das etiquetas, utilizando, sempre que possível, as línguas

das comunidades que as utilizam. Desta forma, a governança e a soberania dos povos indígenas são expressas nas formas de acesso, uso e compartilhamento por meio das infraestruturas de dados. Nesse contexto, e considerando que as etiquetas possuem potencial de uso para diferentes finalidades, a *Local Contexts* recomenda que as personalizações sejam abrangentes para possibilitar a aplicação.

Cumprido destacar que as etiquetas são compostas por 3 elementos: ícone, título e descrição (Figura 1). No que tange à personalização, o ícone não pode ser alterado, o título possui forte recomendação de tradução para a língua/dialeto da comunidade, e a descrição consiste em um *template* que possui incentivo de customização pela comunidade.

Figura 1 – Exemplo de etiqueta *Local Contexts*



Fonte: Local Contexts (2023).

Destaca-se ainda que as etiquetas podem ser aplicadas em diferentes ambientes, como websites, publicações, conjuntos de dados, objetos digitais, amostras genéticas e de biomas. Ademais, a personalização e aplicação das etiquetas TK e BC pode ser realizada por meio do *Local Contexts Hub*³, uma plataforma de fácil utilização, potencializando que o patrimônio dos povos indígenas seja protegido e respeitado, ao mesmo tempo em que promove uma maior conscientização e valorização dos sistemas e práticas de conhecimento indígenas em escala global (Local Contexts, 2024d). Desta forma, a *Local Contexts* apoia os povos indígenas na instrumentalização, personalização e aplicação das etiquetas TK e BC a projetos internos e a materiais administrados por instituições, repositórios de dados e outras organizações.

³ Disponível em: <https://localcontextshub.org/login/>.

As etiquetas TK e BC são subdivididas em etiquetas de proveniência, de protocolo e de permissão. As etiquetas de proveniência são utilizadas para identificar a autoridade cultural primária para o material ou reconhecer outros interesses nos materiais; as etiquetas de protocolo esboçam protocolos tradicionais associados ao acesso ao material e convidam as pessoas a respeitarem os protocolos dos povos indígenas; e as etiquetas de permissão indicam atividades ou condições aprovadas para uso, incluindo comercialização, uso não comercial, circulação específica da comunidade, divulgação, colaboração e parcerias de pesquisa.

Ressalta-se que o uso de etiquetas de Conhecimento Tradicional (TK) e Biocultural (BC) consistem em uma forma ética e respeitosa de armazenar e compartilhar dados e objetos digitais que compõem o patrimônio dos povos indígenas, de forma que devem ser amplamente divulgadas na comunidade de pesquisadores e da Ciência da Informação.

3.1 Etiquetas de Conhecimento Tradicional (TK) e Biocultural (BC)

As etiquetas *Traditional Knowledge* (TK), traduzidas para o português como Conhecimento Tradicional, foram desenvolvidas pela iniciativa *Local Contexts* em parceria com povos indígenas de vários países, embaixadas e sustentadas em testes pelas próprias comunidades. De acordo com *Local Contexts* (2024e, tradução nossa), as etiquetas “permitem que as comunidades expressem condições locais e específicas para compartilhar e se envolver em pesquisas e relacionamentos futuros de maneiras que sejam consistentes com regras comunitárias, governança e protocolos já existentes para usar, compartilhar e circular conhecimento e dados”.

Dessa forma, as etiquetas de Conhecimento Tradicional (TK) possibilitam a inclusão, na representação, de protocolos locais dos povos indígenas, visando esclarecer as condições e responsabilidades no acesso e uso do patrimônio cultural dessas comunidades. Assim, instrumentalizam, de forma educativa, pessoas não indígenas na compreensão acerca da importância daquele objeto para os povos indígenas, ao mesmo tempo em que declaram as condições específicas concedidas pelas comunidades indígenas para acesso e uso (Local Contexts, 2024e). Estão disponíveis 20 etiquetas Conhecimento Tradicional (TK), conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1 – Identidade visual das etiquetas TK



Fonte: *Local Contexts* (2024e).

Cada etiqueta possui uma finalidade específica, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Etiquetas de Conhecimento Tradicional (TK)

Grupo	Etiquetas
<p><i>Provenance Labels</i> (Etiquetas de Proveniência)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - TK Attribution (TK A): Corrigir erros históricos na atribuição. - TK Clan (TK CL): Indicar que o material está sob condições de circulação relacionadas à membresia do clã e protocolos específicos. - TK Family (TK F): Identificar a autoridade familiar sobre o material. - TK Multiple Communities (TK MC): Indicar que múltiplas comunidades têm responsabilidade, custódia e/ou propriedade sobre a área geográfica de origem do material. - TK Community Voice (TK CV): Reconhecer a voz da comunidade na apresentação e utilização do material. - TK Creative (TK CR): Indicar a criação comunitária do material.

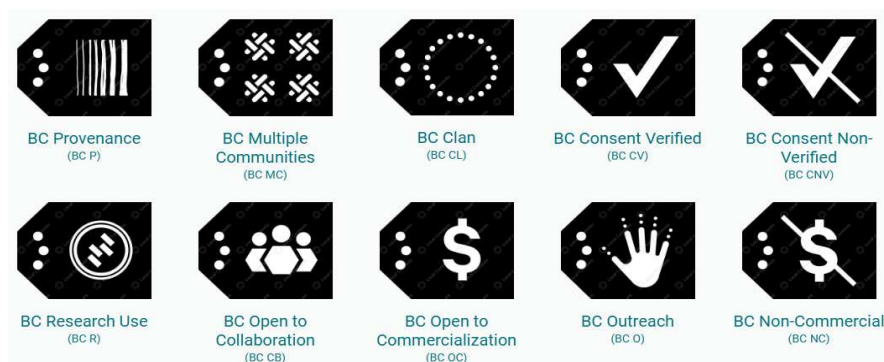
Grupo	Etiquetas
<i>Protocol Labels</i> (Etiquetas de Protocolo)	<ul style="list-style-type: none"> - TK Verified (TK V): Afirmar representação e apresentação apropriadas. - TK Non-Verified (TK NV): Indicar preocupações sobre precisão ou representação. - TK Seasonal (TK S): Especificar condições sazonais de acesso e uso. - TK Women General (TK WG): Indicar que o material é destinado ao uso geral por mulheres. - TK Men General (TK MG): Indicar que o material é destinado ao uso geral por homens. - TK Men Restricted (TK MR): Indicar que o material tem uso restrito aos homens. - TK Women Restricted (TK WR): Indicar que o material tem uso restrito às mulheres. - TK Culturally Sensitive (TK CS): Indicar que o material é culturalmente sensível. - TK Secret / Sacred (TK SS): Indicar que o material é secreto ou sagrado.
<i>Permission Labels</i> (Etiquetas de Permissão)	<ul style="list-style-type: none"> - TK Open to Commercialization (TK OC): Expressar interesse em oportunidades de comercialização. - TK Non-Commercial (TK NC): Especificar uso não comercial. - TK Community Use Only (TK CO): Limitar a circulação à comunidade. - TK Outreach (TK O): Permitir atividades de divulgação educacional. - TK Open to Collaboration (TK CB): Indicar abertura para colaborações em pesquisa.

Fonte: Adaptado de *Local Contexts* (2024e).

As etiquetas TK podem ser personalizadas pelos diferentes povos indígenas, permitindo que elas ajustem a linguagem e as condições de acordo com seus protocolos culturais e governança específicos. Por meio dessas etiquetas, os povos indígenas podem afirmar seus direitos, proteger seu conhecimento tradicional e promover um engajamento respeitoso com pessoas externas.

As Etiquetas Bioculturais (BC) estendem os princípios da iniciativa de etiquetas do Conhecimento Tradicional (TK) para recursos genéticos, coleções biológicas e ciências de dados genômicos. As etiquetas BC articulam as expectativas dos povos indígenas em relação à utilização de coleções bioculturais e de dados, enfatizando a proveniência precisa, a transparência e a integridade nas interações de pesquisa com comunidades indígenas, sobretudo ao indicar as formas de uso apropriado de dados, informações, coleções biológicas (quando derivadas das suas terras), águas e territórios (Local Contexts, 2024a). Estão disponíveis 10 etiquetas Bioculturais (BC), conforme apresentado na Figura 2.

Figura 2 – Identidade visual das etiquetas BC



Fonte: *Local Contexts* (2024a).

Cada etiqueta possui uma finalidade específica, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 – Etiquetas Bioculturais (BC)

Grupo	Etiquetas
<i>Provenance Labels</i> (Etiquetas de Proveniência)	<ul style="list-style-type: none"> - BC Provenance (BC P): Afirar o interesse indígena em coleções e dados de pesquisa, afirmando o direito de ser nomeado e associado a ele no futuro. - BC Multiple Communities (BC MC): Reconhecer a responsabilidade, custódia e/ou propriedade distribuídas entre várias comunidades distintas. - BC Clan (BC CL): Especificar condições para circulação relacionadas à filiação ao clã ou protocolos para relacionamentos de clã, pedindo aos usuários que respeitem regras de uso culturalmente específicas.
<i>Protocol Labels</i> (Etiquetas de Protocolo)	<ul style="list-style-type: none"> - BC Consent Verified (BC CV): Verificar as condições de consentimento para o uso de informações, coleções e dados. - BC Consent Non-Verified (BC CNV): Indicar preocupações sobre a precisão do consentimento associado aos dados.
<i>Permission Labels</i> (Etiquetas de Permissão)	<ul style="list-style-type: none"> - BC Research Use (BC R): Permitir uso de pesquisa não especificada sem atividades de comercialização. - BC Open to Collaboration (BC CB): Sinalizar abertura para colaborações em pesquisa e atividades de divulgação. - BC Open to Commercialization (BC OC): Expressar interesse em ser uma parte principal em futuras negociações de comercialização. - BC Outreach (BC O): Especificar uso para atividades de divulgação educacional. - BC Non-Commercial (BC NC): Designar dados para uso não comercial.

Fonte: Adaptado de *Local Contexts* (2024a).

As Etiquetas BC, concebidas e desenvolvidas com orientação de povos e organizações indígenas, possibilitam uma interação respeitosa com materiais e dados bioculturais. Por meio da

representação transparente e adesão aos protocolos dos povos indígenas, as etiquetas BC facilitam o compartilhamento equitativo de benefícios e apoiam futuras colaborações de pesquisa, enquanto protegem os direitos e conhecimentos dos povos indígenas.

4 ETIQUETAS DE CONHECIMENTO TRADICIONAL (TK) E BIOCULTURAL (BC): APLICAÇÕES

No contexto deste estudo, é importante destacar que as etiquetas de Conhecimento tradicional (TK) e Biocultural (BC) estão em uso por comunidades indígenas e em ambientes informacionais digitais. Nesse sentido, cumpre esclarecer que a forma de aplicação das etiquetas é idêntica, uma vez que o que as diferencia é a aplicação ao conhecimento tradicional ou biocultural, sendo essa última identificada visualmente com três pontos em sentido vertical na lateral esquerda do ícone.

Como a aplicação prática das etiquetas *Local Contexts* ainda é incipiente, a própria iniciativa mantém a divulgação das "etiquetas em uso", o que possibilita verificar que o uso não é tão recente e se aplica a diferentes objetos digitais do patrimônio cultural dos povos indígenas. Como exemplo, tem-se a adoção pela tribo Passamaquoddy, que utiliza as etiquetas de Conhecimento Tradicional (TK) como uma forma de conectar a sua comunidade com a sua herança cultural, além de apoiar as pessoas na utilização de forma culturalmente apropriada (Local Contexts, 2024b). Os Passamaquoddy mantêm um *website* denominado "Portal de Conhecimento dos Povos Passamaquoddy"⁴, no qual há diversas coleções, visando registrar e possibilitar que a cultura seja acessada por gerações futuras. No *website* em questão, os Passamaquoddy criaram uma área destinada ao registro oral do título traduzido das etiquetas em uso pela tribo⁵. A Figura 3 apresenta as formas de uso das etiquetas TK pela tribo Passamaquoddy, em seu próprio *website* e em um registro na *Library of Congress*.

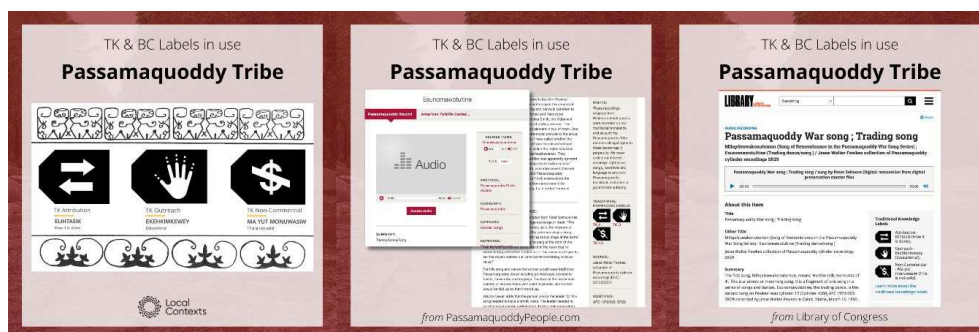
A tribo Passamaquoddy utiliza, até o momento, três etiquetas, tendo inclusive traduzido os títulos para a sua língua: *TK Attribution*, traduzido como *Elihtasik*; *TK Outreach*, traduzido como *Ekehkimkewey*; e *TK Non-Commercial*, traduzido como *Ma yut monuwasiw* (Passamaquoddy

⁴ Disponível em: <https://www.passamaquoddypeople.com/>.

⁵ Disponível em: <https://www.passamaquoddypeople.com/passamaquoddy-traditional-knowledge-labels>.

People, 2024). A adoção dessas etiquetas, que sinalizam, respectivamente, a necessidade de reconhecimento de autoria, autorização de uso para fins educacionais e impedimento de uso comercial, reforça a característica educacional pretendida no "Portal de Conhecimento dos Povos Passamaquoddy".

Figura 3 – Utilização das etiquetas pela tribo Passamaquoddy



Fonte: *Local Contexts*, 2024b.

A cultura oral da tribo Passamaquoddy está registrada em gravações de áudio, e integram uma coleção denominada "Vozes Ancestrais" disponível no ambiente digital da *Library of Congress*. Desta coleção, a Figura 4 apresenta um registro de uma gravação de áudio, denominada "Passamaquoddy story of the Fisher and the Sable, part 1", em cuja representação estão inseridas as três etiquetas TK utilizadas pela tribo Passamaquoddy.

Figura 4 – Inserção das etiquetas em um item disponível na *Library of Congress*

About this Item

Title

Passamaquoddy story of the Fisher and the Sable, part 1

Other Title

Jesse Walter Fewkes collection of Passamaquoddy cylinder recordings SR07

Names

Fewkes, Jesse Walter, 1850-1930, recordist, speaker
Selmore, Peter, performer

Created / Published

1890-03-17.

Headings

Traditional Knowledge Labels



Attribution - Elihtasik (How it is done).



Outreach - Ekehkimkewey (Educational).



Non-Commercial - Ma yut monuwasiw (This is not sold).

[Learn more about the traditional knowledge labels](#)

Fonte: *Library of Congress* (2024).

Conforme orientação da *Local Contexts*, quando da inserção das etiquetas TK e BC junto à representação de dados e/ou objetos em ambientes informacionais digitais, as informações devem ser inseridas em um metadado de direitos autorais ou similar. Nesse sentido, a Figura 5 apresenta o XML do registro apresentado na Figura 4, no qual o título e a descrição das etiquetas podem ser visualizados.

Figura 5 – XML com aplicação das etiquetas TK na *Library of Congress*

```
<rights xmlns="http://purl.org/dc/elements/1.1/">Access to recordings may be restricted. To request materials, please contact the Folklife Reading Room.ats</rights>
<rights xmlns="http://purl.org/dc/elements/1.1/">Traditional Knowledge Label: Attribution – Elihtasik (How it is done). When using anything that has this Label, please use the correct attribution. This may include individual Passamaquoddy names, it may include Passamaquoddy as the correct cultural affiliation or it may include Passamaquoddy Tribe as the tribal designation.</rights>
<rights xmlns="http://purl.org/dc/elements/1.1/">Traditional Knowledge Label: Outreach – Ekehkimkewey (Educational). Certain material has been identified by Passamaquoddy tribal members and can be used and shared for educational purposes. Ekehkimkewey means 'educational'. The Passamaquoddy Tribe is a present day community who retains cultural authority over its heritage. This Label is being used to teach and share cultural knowledge and histories in schools, and to raise greater awareness and respect for Passamaquoddy culture and worldviews.</rights>
<rights xmlns="http://purl.org/dc/elements/1.1/">Traditional Knowledge Label: Non-Commercial – Ma yut monuwasiw (This is not sold). This material should not be used in any commercial ways, including ways that derive profit from sale or production for non-Passamaquoddy people. The name of this Label, Ma yut monuwasiw, means 'this is not to be purchased'.</rights>
```

Fonte: Library of Congress (2024).

Destaca-se ainda que, ao incluir um projeto no *Local Contexts Hub*, é possível personalizar as etiquetas e utilizar uma API para incluí-la junto aos metadados dos ambientes informacionais digitais de disponibilização.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo destaca a relevância da Soberania de Dados Indígenas, que é crucial para que os povos indígenas possam gerenciar e utilizar seus próprios dados e objetos que compõem o patrimônio cultural, fortalecendo sua soberania e autodeterminação. Isso inclui processos de decolonização e recuperação da governança de dados indígenas, refletindo suas próprias formas de conhecimento e práticas. A diversidade e a marginalização histórica também foram enfatizadas, com o reconhecimento de mais de 476 milhões de indígenas em todo o mundo, representando mais de 5.000 culturas, e o legado de marginalização causado pelo colonialismo, resultando em dependência de dados caracterizada por inconsistências e controle externo.

As etiquetas de Conhecimento Tradicional (TK) e Biocultural (BC) são ferramentas valiosas desenvolvidas para auxiliar as comunidades indígenas na gestão de sua propriedade intelectual e

cultural. Elas especificam condições para o uso, acesso e compartilhamento de conhecimento e dados, promovendo interações respeitosas e éticas com materiais bioculturais.

O estudo enfatiza a importância crítica da soberania de dados de povos indígenas e a necessidade de práticas e ferramentas adequadas para a governança de dados e a representação do patrimônio cultural indígena em ambientes informacionais digitais, com destaque à iniciativa *Local Contexts*, cujas etiquetas de Conhecimento Tradicional (TK) e Biocultural (BC), se destacam como uma inovação significativa nesse contexto, possibilitando a manifestação dos interesses dos povos indígenas no acesso e uso do seu patrimônio e dos seus dados, garantindo que as estruturas de governança de dados respeitem a soberania indígena, beneficiem as comunidades e adiram a padrões éticos que priorizem as visões de mundo indígenas.

De igual maneira, as etiquetas TK e BC são uma oportunidade para pesquisadores não indígenas e instituições custodiantes de acervos, coleções, dados e objetos do patrimônio cultural dos povos indígenas, que podem utilizá-las para a manutenção do tratamento ético e respeitoso na coleta, tratamento, armazenamento e disponibilização de dados e objetos digitais pertencentes ou que versem sobre povos indígenas.

Dessa forma, busca-se com este estudo aproximar as práticas já realizadas em cenário internacional das comunidades indígenas, de pesquisadores e da Ciência da Informação do Brasil, país cuja população indígena é significativa, o que reforça a necessidade de ação no que tange ao tratamento adequado dos dados e objetos que compõem o patrimônio dos povos indígenas brasileiros.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2022**: panorama. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 8 jul. 2024.

BRUHN, J. Identifying useful approaches to the governance of indigenous data. **The International Indigenous Policy Journal**, Toronto, v. 5, n. 2, p. 1-32, 2014. DOI: <https://doi.org/10.18584/iipj.2014.5.2.5>. Disponível em: <https://ojs.lib.uwo.ca/index.php/iipj/article/view/7432/6076>. Acesso em: 8 jul. 2024.

CAJETE, G. **Native science**: natural laws of interdependence. Santa Fe, NM: Clear Light Publishers, 2000.

CARROLL, S. R.; RODRIGUEZ-LONEBEAR, D.; MARTINEZ, A. indigenous data governance: strategies from United States Native Nations. **Data science journal**, [S. l.], v. 18, n. 31, p. 1-15, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5334/dsj-2019-031>. Disponível em: <https://datascience.codata.org/articles/10.5334/dsj-2019-031>. Acesso em: 8 jul. 2024.

CHRISTEN, K. Tribal archives, traditional knowledge, and Local Contexts: why the "s" matters. **Journal of western archives**, Utah, v. 6, n. 1, p. 1-19, 2015. DOI: <http://doi.org/10.26077/78d5-47cf>. Disponível em: <https://digitalcommons.usu.edu/westernarchives/vol6/iss1/3/>. Acesso em: 8 jul. 2024.

DAVIS, M. Data and the United Nations Declaration on the rights of indigenous peoples. *In*: KUKUTAI, T.; TAYLOR, J. (ed.). **Indigenous data sovereignty: toward an agenda**. Canberra: ANU Press, 2016. p. 25-38. DOI: <https://doi.org/10.22459/CAEPR38.11.2016.02>. Disponível em: <https://press-files.anu.edu.au/downloads/press/n2140/pdf/ch02.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2024.

JORGENSEN, M. **Rebuilding native nations: strategies for governance and development**. Tucson: University of Arizona Press, 2007.

KUKUTAI, T.; TAYLOR, J. Data sovereignty for indigenous peoples: current practice and future needs. *In*: KUKUTAI, T.; TAYLOR, J. (ed.). **Indigenous data sovereignty: toward an agenda**. Canberra: ANU Press, 2016. p. 25-38. DOI: <https://doi.org/10.22459/CAEPR38.11.2016.01>. Disponível em: <https://press-files.anu.edu.au/downloads/press/n2140/pdf/ch01.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2024.

LIBRARY OF CONGRESS. **Passamaquoddy story of the Fisher and the Sable, part 1**. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/2015655556/>. Acesso em: 8 jul. 2024.

LOCAL CONTEXTS. **BC Labels**. Disponível em: <https://localcontexts.org/labels/biocultural-labels/>. Acesso em: 29 fev. 2024a.

LOCAL CONTEXTS. **Blog**. Disponível em: <https://localcontexts.org/tk-label-in-use-passamaquoddy/>. Acesso em: 29 fev. 2024b.

LOCAL CONTEXTS. **Grounding indigenous rights**. Disponível em: <https://localcontexts.org/>. Acesso em: 29 fev. 2024c.

LOCAL CONTEXTS. **Local Contexts Hub**. Disponível em: www.localcontextshub.org/. Acesso em: 29 fev. 2024d.

LOCAL CONTEXTS. **TK Labels**. Disponível em: <https://localcontexts.org/labels/traditional-knowledge-labels/>. Acesso em: 29 fev. 2024e.

LOCAL CONTEXTS. **Traditional knowledge/biocultural labels: usage and style guide**. 2023. Disponível em: <https://localcontexts.org/wp-content/uploads/2023/08/TK-and-BC-Labels-Usage-and-Style-Guide.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2024.

MARTINEZ COBO, J. R. **Study of the problem of discrimination against indigenous populations.** New York: United Nations, 1982.

PASSAMAQUODDY PEOPLE. **Passamaquoddy Traditional Knowledge Labels.** Disponível em: <https://www.passamaquoddypeople.com/passamaquoddy-traditional-knowledge-labels>. Acesso em: 8 jul. 2024.

RAINIE, S. C.; RODRIGUEZ-LONEBEAR, D.; MARTINEZ, A. **Policy brief:** data governance for native nation rebuilding. Tucson: Native Nations Institute, 2017a.

RAINIE, S. C.; SCHULTZ, J. L.; BRIGGS, E.; RIGGS, P.; PALMANTEER-HOLDER, N. L. Data as strategic resource: self-determination and the data challenge for United States Indigenous nations. **International Indigenous Policy Journal**, Toronto, v. 8, n. 2, 2017b. Disponível em: <https://nnigovernance.arizona.edu/data-strategic-resource-self-determination-governance-and-data-challenge-indigenous-nations-united>. Acesso em: 8 jul. 2024.

RODRIGUEZ-LONEBEAR, D. Building a data revolution in Indian Country. *In*: KUKUTAI, T.; TAYLOR, J. (ed.). **Indigenous data sovereignty: toward an agenda.** Canberra: ANU Press, 2016. p. 25-38. DOI: <https://doi.org/10.22459/CAEPR38.11.2016.14>. Disponível em: <https://press-files.anu.edu.au/downloads/press/n2140/pdf/ch14.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2024.

UNITED NATIONS. Human Rights. **Report of the special rapporteur on the right to privacy.** 2018. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/documents/thematic-reports/a73438-report-special-rapporteur-right-privacy>. Acesso em: 8 jul. 2024.

UNITED NATIONS. **Indigenous peoples.** Disponível em: <https://www.un.org/en/fight-racism/vulnerable-groups/indigenous-peoples>. Acesso em: 8 jul. 2024.

WALTER, M. 2016. Data politics and Indigenous representation in Australian statistics. *In*: KUKUTAI, T.; TAYLOR, J. (ed.). **Indigenous data sovereignty: toward an agenda.** Canberra: ANU Press, 2016. p. 25-38. DOI: <https://doi.org/10.22459/CAEPR38.11.2016.05>. Disponível em: <https://press-files.anu.edu.au/downloads/press/n2140/pdf/ch05.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2024.